

**Sindicalismo de Movimento Social:
Génese e revisão de um conceito**

Hugo Dias

2010

RESUMO

O propósito do presente artigo é o de visitar uma das noções que tem estado presente nas reflexões sobre a renovação do sindicalismo - o sindicalismo de movimento social.

Num primeiro momento, ao abordar as transformações ocorridas na esfera económica e política, defende-se a ideia de que não se verifica uma tendência global de crise do sindicalismo, mas sim de problemas diferenciados decorrentes da diferente inserção dos movimentos sindicais na dinâmica desigual de desenvolvimento do capitalismo.

Finalmente, tomando como ponto de partida a premissa da sua capacidade de acção estratégica, exploram-se algumas das características necessárias a um novo sindicalismo, através da análise do conceito de *sindicalismo de movimento social*, rastreando a sua génese e as diferentes visões que se lhe associam, seguindo de perto as formulações de Peter Waterman.

Palavras-chave: sindicalismo; relações laborais; acção colectiva; sindicalismo de movimento social

1. Introdução

Historicamente, a emergência de sistemas de relações laborais corresponde a uma tentativa de regular a utilização do factor trabalho, uma das *mercadorias fictícias* (Polanyi, 1980), de forma a que esta não ficasse totalmente à mercê dos mecanismos de mercado. Tratou-se, no entanto, de um processo longo e não isento de conflitos. Neste contexto, os sindicatos são indissociáveis, por um lado, da luta pela desmercadorização institucional do Trabalho e, por outro, da luta pela inclusão dos trabalhadores em termos de direitos sociais, económicos e políticos.

Assistimos, desde os anos 70, a profundas transformações com impacto ao nível cultural, social, económico e político. O termo de comparação são os *trinta gloriosos anos* e o seu *compromisso político* entre Capital e Trabalho, que procuravam criar um modo de regulação capaz de acomodar um crescimento longo e sustentado das economias capitalistas ocidentais. Do léxico deste período fazem parte a *Pax Americana*, *Bretton Woods* e o *Keynesianismo*.

É também neste período que se processa a constituição de sistemas de relações laborais tal como os conhecemos: reconhecimento da liberdade de representação dos trabalhadores, negociação tripartida, institucionalização dos conflitos de classe. Os

trabalhadores nos pa3ses ocidentais sa3ram refor3ados no p3s-guerra: os n3veis de sindicaliza3o subiram quantitativamente, registando-se igualmente um refor3o da confian3a geral na capacidade da classe oper3ria organizada para conduzir os destinos da sociedade em nome de um bem comum. Um novo compromisso entre Capital e Trabalho teria que substituir o *laissez-faire* do dogma econ3mico: em troca de aumento dos sal3rios reais associados 3 produtividade e do Estado-Provid3ncia, os sindicatos comprometiam-se com a *paz social*.

A queda das taxas de lucro entre 1968 e 1973, e a recess3o generalizada de 1973/74, marcam o come3o desta transi3o. Inicia-se, em termos econ3micos, um novo per3odo, em que a estrat3gia dos pa3ses desenvolvidos e das empresas para restabelecer a competitividade se situa na tentativa de redu3o de custos atrav3s da introdu3o de inova3es tecnol3gicas e organizacionais, da redu3o da sua dimens3o (nomeadamente de efectivos), desconcentra3o, descentraliza3o e subcontrata3o; de processos de reconvers3o de sectores tradicionais, flexibiliza3o da gest3o da m3o-de-obra e individualiza3o das rela3es laborais.

A *nova grande transforma3o* (Munck, 2002:1) caracteriza-se ent3o pelo aprofundamento dos processos de globaliza3o econ3mica com a financeiriza3o da economia, pela hipermobilidade do capital, pela eros3o da esfera de regula3o nacional e pela quebra do compromisso pol3tico capital-trabalho e dos pilares da rela3o salarial Fordista. Conceitos como os de pleno emprego e estabilidade; seguran3a e protec3o social e regula3o do mercado de trabalho come3am a ser postos em causa pelas empresas e governos nacionais. O compromisso pol3tico dos *trinta gloriosos anos* tinha-se quebrado. O que conduziu a uma concomitante altera3o no ambiente regulat3rio, expresso numa vulnerabiliza3o generalizada dos trabalhadores, bem como das suas express3es organizadas - os sindicatos.

Consequentemente os sindicatos t3m demonstrado dificuldade em lidar com as mudan3as ocorridas no sistema produtivo, em adaptar a sua estrat3gia e organiza3o 3s necessidades de grupos cada vez mais heterog3neos, mantendo-se fortemente ancorados 3 esfera de regula3o do Estado-Na3o e a uma praxis organizacional nacional. A consequ3ncia mais vis3vel disso 3 a diminui3o do n3mero de filiados, da sua influ3ncia social, e da efic3cia do report3rio tradicional da ac3o colectiva.

Importa por isso, como procuramos fazer neste artigo, visitar uma das no3es que tem estado presente nas reflex3es sobre a renova3o do sindicalismo. Apesar de pouco utilizado em Portugal, o conceito de *sindicalismo de movimento social* tem sido objecto de acesa discuss3o internacional nos c3rculos acad3micos e sindicais.

Num primeiro momento questiona-se a crise dos sindicatos e a sua possibilidade de renovação. De seguida, analisam-se as características que um novo sindicalismo deverá possuir, a partir, mais concretamente, da noção de *sindicalismo de movimento social* enunciada por Peter Waterman.

2. Crise e restauração da soberania

Jürgen Habermas diz-nos que o conceito de *crise* foi algo apropriado do léxico da medicina e que visa descrever a fase de um processo de enfermidade, em que não existe a certeza sobre se o organismo possui forças ou não para recuperar a sua saúde. A esta noção associa-se a ideia de um poder objectivo (externo) que provoca uma alteração do estado normal de saúde do organismo em causa; mas que é também inseparável da percepção interna de quem padece dessa alteração. Nestes termos, uma crise arrebatada ao sujeito uma parte da soberania que normalmente possui. Habermas acrescenta ainda que quando concebemos algo como estando em crise, lhe atribuímos tacitamente um sentido normativo - a sua solução transporta em si mesma a libertação do sujeito afectado. (Habermas, 1973: 15).

O vocábulo da crise tem tido um uso recorrente nas mais diversas áreas dos sistemas sociais, sendo utilizado sobremaneira para caracterizar a situação actual do sindicalismo. Utilizando ainda a metáfora médica, o estado normal de saúde seria o período do *capitalismo organizado* (Lash e Urry, 1987; Offe, 1989) em que se assiste à constituição dos sistemas de relações laborais nos quais os sindicatos desempenham um papel essencial.

Robert Castel (1998) identifica três aspectos característicos do período de transição da sociedade salarial fordista: a desestabilização dos estáveis, a instalação na precariedade, e existência de *supranumerários*. A classe trabalhadora «*fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se*» ainda mais (Antunes, 1995). Consequentemente, verificou-se a desagregação e fragmentação das identidades dos trabalhadores, à mercê de processos de crescente diferenciação, segmentação e flexibilização dos mercados de trabalho, a descentralização da produção e a precarização da relação salarial (Paugam, 2000).

Cumulativamente, assiste-se à crescente ausência de lealdade e solidariedade entre os trabalhadores e os sindicatos, que constitui um reflexo da emergência do individualismo contemporâneo, o qual orienta os trabalhadores para interesses mais amplos e diversificados e que tem conduzido a uma crise de representatividade social

- traduzida na dificuldade que os sindicatos sentem em congregar trabalhadores para as suas acções de mobilização. (Costa, 2005).

Um outro aspecto importante prende-se igualmente com a centralidade política da classe trabalhadora, em certa medida inquestionável durante o período anterior. Na sociedade pós-industrial de Alain Touraine (1969) ou na sociedade informacional de Manuel Castells (1999), a classe trabalhadora deixa de ter um papel importante enquanto sujeito-emancipador. A capacidade de mudança adviria sobretudo de movimentos identitários, não baseados em classe, decorrentes de novas clivagens surgidas nas sociedades capitalistas avançadas.

A situação de enfermidade de que padece o nosso organismo decorre então das dificuldades em se adaptar a um ambiente sócio-político e institucional que subitamente se lhe tornou desfavorável. Urge por isso colocar uma interrogação inicial. Sendo o fenómeno acima descrito característico dos países capitalistas avançados, poderá ser generalizável à escala mundial? A resposta a esta questão permite apurar se o movimento sindical e de trabalhadores está vaticinado à sua redução numérica e à perda de relevância política, ou se possui capacidade para recuperar a soberania perdida.

Um ponto de partida para iniciar a resposta a esta questão, e que assumimos neste texto, é aquele que enquadra esta análise numa moldura analítica historicamente mais longa e geograficamente mais ampla do que normalmente se faz. Segundo Beverly Silver (2005), foi adoptado um conjunto de quatro *soluções* como parte integrante das estratégias capitalistas para a manutenção da lucratividade e para o controlo sobre os trabalhadores. A primeira, chamada de solução espacial, reporta-se à deslocação sucessiva dos espaços produtivos para localizações geográficas livres de organização sindical. A segunda, ou solução tecnológica/organizacional, corresponde à introdução de um conjunto de inovações, de modo a reduzir a autonomia e controle da produção por parte dos trabalhadores.

A autora designa a terceira solução como de *produto*, consistindo na transferência do capital para linhas de produtos e indústrias mais inovadoras como forma de lidar com a diminuição da taxa de lucro. Finalmente, a solução *financeira*, ou seja, a recorrência histórica da rápida transferência do capital da actividade produtiva para o campo financeiro em momentos de crise de lucratividade, algo que também se verificou a partir dos anos 70.

Em síntese, esta percepção da evolução da geografia histórica do capitalismo (Harvey, 1992: 307), com a sua dinâmica de criação e destruição de espaços

produtivos e classes trabalhadoras, enfatiza a noção de que o trabalho e os movimentos operários são feitos e refeitos em relação estrita com as dinâmicas espaço-temporais do capitalismo. O que conduziu, igualmente, a uma oscilação periódica entre fases de (des)mercadorização do trabalho.

Segundo Silver, a resistência operária oscila então num pêndulo polanyiano e marxiano, acompanhando as dinâmicas do capitalismo. A autora concretiza:

“Agitações do tipo polanyiano são contra-ataques à expansão do mercado global auto-regulado, especialmente da parte das classes trabalhadoras que estão sendo desfeitas e dos trabalhadores que se beneficiavam de pactos sociais que são abandonados pelos de cima. Agitações do tipo marxiano significam lutas das novas classes trabalhadoras implementadas e fortalecidas sucessivamente como consequência não-intencional do desenvolvimento do capitalismo histórico, ainda que simultaneamente ao desaparecimento das antigas classes trabalhadoras” (Silver, 2005: 35).

Os novos territórios produtivos localizados fora dos países centrais geraram movimentos sindicais novos e combativos, adquirindo direitos sociais e criando instituições laborais. No caso dos países capitalistas avançados, a dinâmica de remercadorização, que embora possa não ter desestruturado os arranjos institucionais, tornou o ambiente mais hostil à acção sindical, através de legislação flexibilizadora do trabalho, maiores restrições à acção sindical e maior resistência patronal à realização de acordos de concertação social. O que, juntamente com as dinâmicas de reestruturação produtiva, teve como consequência a desestruturação da espinha dorsal do sindicalismo, sem que este se tenha conseguido expandir de forma bem sucedida para novos sectores económicos, localizados predominantemente em actividades da nova economia dos serviços.

Não se pode portanto afirmar que existe uma tendência global de crise do sindicalismo, mas sim de problemas diferenciados decorrentes da sua diferente inserção. Assim, se a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo é desigual, a crise e renovação da acção sindical também o será. O desafio da revitalização sindical e da sua relevância societal dependerá sobretudo da sua capacidade de acção estratégica.

3. Revitalização sindical e sindicalismo de movimento social

Os Estudos de Revitalização Sindical¹ constituem um campo multidisciplinar que tem procurado analisar as estratégias de renovação adoptadas pelo sindicalismo. Embora provenham da área dos Estudos Comparativos em Relações Industriais, reconhecendo a importância da incrustação histórica (nacional) dos sistemas de relações laborais,

¹ Labour Revitalization Studies.

abordagem *sist3mica* inaugurada por John Dunlop, recusam considerar essa esfera de regula3o como auto-referencial e aut3noma de outras dimens3es societ3rias, nomeadamente a pol3tica e a economia.

As especificidades dos diferentes sistemas nacionais t3m impactos distintos nas estrat3gias sindicais, criando diferentes *estruturas de oportunidades*, bem como diferentes report3rios de ac3o. Uma implica3o desta abordagem consiste, por um lado, na percep3o de que existem diversos tipos de problemas que afectam os sindicatos e diferentes graus de crise sindical e; por outro, que as dimens3es de revitaliza3o n3o s3o totalmente determinadas pela sua posi3o no sistema pol3tico, econ3mico e de rela3o3es industriais nacional. Importaria assim tomar o sindicalismo como vari3vel independente, introduzindo o conceito de escolha estrat3gica para compreender as din3micas de revitaliza3o (ou n3o) da sua ac3o. (Frege, Kelly, 2004:31-32).

Um primeiro aspecto deste debate consiste em considerar que, embora os sindicatos tenham experimentado dificuldades, n3o lhes pode ser negado o car3cter reflexivo inerente a um actor social, que procura desenvolver novas perspectivas organizativas, pol3ticas e ideol3gicas com vista a procurar manter o seu papel de representa3o dos trabalhadores assalariados.

De um modo geral, os debates em torno da renova3o do sindicalismo, marcados por uma pluralidade de vis3es e orienta3o3es te3ricas, sugerem uma nova estrat3gia de ac3o que expanda o sindicalismo para fora do seu campo tradicional de actua3o, isto 3, as rela3o3es de produ3o e a escala nacional.

No primeiro caso, defender-se-ia a necessidade de os sindicatos procurarem organizar os trabalhadores fora dos tradicionais espa3os das rela3o3es industriais e representar interesses que ultrapassassem os tradicionais temas da negocia3o colectiva. Esta estrat3gia enfatiza um *alargamento do campo de interven3o* (Wever, 1998), abordando problemas sociais, promovendo alian3as com outras organiza3o3es, procurando organizar e representar novos membros e novos interesses.

No segundo caso, embora a *globaliza3o da produ3o* tenha trazido vis3es optimistas de uma nova tend3ncia para a cria3o de uma classe trabalhadora mundial 3nica e homog3nea, experimentando as mesmas condi3o3es de vida e de trabalho, subsistem ainda diferen3as importantes decorrentes da divis3o Norte-Sul, da inser3o diferenciada dos pa3ses na economia mundial, dos regimes de regula3o diversos, entre outros factores. Assim a promessa de um *novo internacionalismo*, num contexto de maior integra3o econ3mica, esbarra em alguns obst3culos. Boaventura

de Sousa Santos e Hermes Augusto Costa identificam alguns deles. Para além dos resultantes das transformações estruturais anteriormente referidas, identificam outros factores inibidores da cooperação fora dos espaços estritamente nacionais, que se prendem com a (ainda) prioridade concedida à escala nacional, limitações financeiras, escassa teorização sobre o tema, igualmente resultante de poucas experiências concretas ao nível internacional, a (in)existência de uma identidade sindical transnacional entre trabalhadores, ou a forte oposição/resistência patronal. (Santos, Costa, 2004: 21).

No marco desta discussão, a noção de Sindicalismo de Movimento Social² poderá constituir uma orientação estratégica portadora de uma nova prática societal³. O conceito foi desenvolvido por académicos progressistas, num esforço de compreender o aparecimento de movimentos sindicais militantes, em diferentes regiões da economia mundial, com estratégias de acção semelhantes. Mais concretamente, estes movimentos emergem nos chamados países semi-periféricos, como a África do Sul e o Brasil nos anos 70, ou as Filipinas e a Coreia do Sul nos anos 80. (Munck 2002; Lambert e Webster, 1988; Moody, 1997; Scipes, 1992a; Seidman, 1994, Waterman, 1993).

Embora tivesse sido utilizado inicialmente por Rob Lambert e Eddie Webster referindo-se ao contexto sul-africano, é pacífico afirmar que o Sindicalismo de Movimento Social foi mais coerentemente enunciado por Peter Waterman, já em finais dos anos 80. À semelhança de outros debates teóricos, a utilização do conceito revestiu-se de diversas interpretações e de formulações diferenciadas, embora não contraditórias. Waterman distingue claramente entre dois tipos de abordagem. A primeira, divulgada por Lambert e Webster e popularizada por Kim Moody, define-se pela centralidade do eixo classe/popular, enquadrando-se a sua no referencial de classe/novos movimentos sociais.

A proposta de Waterman pretendia ser uma elaboração teórica com base nas novas dinâmicas de luta social e de internacionalismo operário que emergiram nas décadas de 80 e 90. E como tal partia, à semelhança de outros autores, das experiências do Brasil, África do Sul e Filipinas, entre outras. No entanto, mais do que identificar

² Manteremos o acrónimo SMU resultante da designação em inglês - Social Movement Unionism.

³ Uma das tipologias do sindicalismo mais utilizada é a proposta clássica de Alain Touraine (1970), que distingue entre sindicalismo de oposição, sindicalismo de controlo e sindicalismo de integração (associado ao poder). Mais recentemente, Richard Hyman (2001), referindo-se ao sindicalismo europeu, enfatiza a sua pluralidade, manifesta numa multiplicidade de formas organizacionais e orientações ideológicas. Assim, cruzando dimensões ideológica e de prática societal, o autor caracteriza o sindicalismo como um produto do triângulo mercado/sociedade/classe. Uma outra distinção útil para a nossa discussão é a que diferencia sindicalismo económico de sindicalismo político (Scipes, 1992a, Lambert e Webster, 1988), mais utilizada nos países anglo-saxónicos.

determinados sindicatos como modelos de SMU, o seu propósito era mais direccionado para a realização de uma crítica do *sindicalismo realmente existente*. Visava assim a promoção da discussão teórica e não o uso, que se generalizou, mais descritivo e normativo (senão mesmo celebratório) deste conceito. (Waterman, 2004: 222).

Esse uso resultou, aliás, numa dupla erosão do potencial crítico do conceito de sindicalismo de movimento social. Em termos empíricos, as organizações tomadas como modelo de referência⁴ perderam grande parte das suas propriedades iniciais de SMU, não resistindo ao impacto da reestruturação neoliberal das relações laborais. A associação do conceito a tempos/lugares/casos concretos teria o efeito negativo de o condenar a uma inoperância enquanto instrumento de análise e de função crítica.

Em termos teóricos, Waterman considera que o principal problema de muitos desses autores é o de existir uma ainda evidente identificação com a chamada classe trabalhadora (fordista) industrial/nacional. Este enfoque conduziria a um excessivo centramento na concepção clássica de vanguarda dos trabalhadores industriais fordistas, que conseguiriam, por sua iniciativa, federar o descontentamento social em alianças sindicais/populares.

Mas o entendimento do autor é de facto outro. A sua formulação baseia-se na articulação de vários corpos conceptuais e de complexos de práticas:

"Retirei, da teoria socialista dos sindicatos, o significado do trabalho capitalista, da contradição de classe, da auto-organização dos trabalhadores; e da luta de classes como simultaneamente subversora das relações capitalistas existentes, e essencial para a solidariedade internacional e auto-emancipação humana. Da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, a importância dos movimentos identitários radicais-democráticos, a equivalência das diferentes lutas radicais-democráticas, o trabalho em rede como forma do movimento, o socio-cultural como um campo de crescente importância para a luta emancipatória. Da teoria das comunicações, ideias sobre o potencial das tecnologias da informação e da comunicação para os movimentos emancipatórios" (Waterman, 2004: 220-221).

Da sua crítica à teoria socialista clássica decorrem dois aspectos enfatizados por Scipes (1992b). Em primeiro lugar, a ideia de que concebe o SMU não só como um modelo diferente de sindicalismo, mas também como um sindicalismo que resulta de um diferente entendimento da classe trabalhadora e das suas formas de organização na luta pela transformação da sociedade. Segundo este prisma, as lutas de trabalhadores constituem uma entre outras lutas políticas legítimas. O que permitiria, por um lado, criar condições para a realização de alianças igualitárias entre todos aqueles que lutam pela mudança de relações desiguais de poder e, por

⁴ É o caso da COSATU (Congresso de Sindicatos Sul-Africanos) na África do Sul, da Central Única dos Trabalhadores no Brasil, e do KMU (Movimento Primeiro de Maio) nas Filipinas.

outro, o não confinamento das lutas de trabalhadores ao local de trabalho nem à imagem heróica do trabalhador industrial do sector formal da economia.

Em segundo lugar, a necessidade de superar a concepção leninista sobre o sindicalismo enquanto limitado à esfera da reivindicação económica, e que atribui ao partido de vanguarda a esfera da luta política e de condução dos sindicatos no sentido de uma transformação societal mais ampla. Uma critica ao leninismo permitiria romper com a distinção binária entre o campo político e económico, bem como com a tutela hierárquica entre partido e sindicato, fazendo este último recuperar a sua autonomia, democracia e uma vocação de intervenção que transcende essas dicotomias.

Apesar de se inspirar na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, Waterman (2004: 221) não deixa também de apontar a *cegueira de classe* de muitos dos seus teóricos, reafirmando a importância do trabalho e dos sindicatos para a emancipação social. Não aprofunda, nesse sentido, a sua crítica mas outros autores têm constatado o facto de não existir uma total adequação das diversas tradições teóricas sobre os movimentos sociais para explicar a(s) forma(s) como os sindicatos se têm procurado renovar num contexto manifestamente desfavorável. (Lopez; 2003, 2004).

A tradição de análise dos *Novos Movimentos Sociais* centra-se na relação entre a mudança social e a emergência de novos conflitos sociais, reflectindo a multiplicidade de novos grupos (com novas identidades e interesses) que surge na transição de uma sociedade industrial para uma pós-industrial (Touraine, 1981; Offe, 1985; Castells, 1999; Melucci, 2001). Existe portanto uma desvalorização do sindicalismo. Por um lado, por serem instituições típicas da sociedade industrial, parte integrante do sistema de institucionalização do conflito desta. Por outro, por considerarem que se verificou uma translação das fontes de conflito nas sociedades pós-industriais. Sendo uma teoria do conflito social, tende a desvalorizar o trabalho enquanto fonte potencial de conflito numa economia pós-industrial, o que contraria a evidência de que os sindicatos continuam a ser as maiores organizações sociais e a desenvolver uma miríade de iniciativas (às mais diversas escalas) com vista a manter o seu papel enquanto actor colectivo de mobilização e representação da classe trabalhadora.

No que diz respeito à tradição norte-americana de análise dos movimentos sociais (Tilly, 1978; McAdam, 1982), esta associa a sua emergência à confluência de factores facilitadores favoráveis (objectivos e subjectivos). A *Teoria de Mobilização de Recursos* introduz a importante noção de acção estratégica, que concebe os

movimentos sociais enquanto actores conscientes capazes de fazer escolhas e de mobilizar os recursos de que disp3em. A *Teoria do Processo Pol3tico* concede uma maior aten3o 3 *estrutura de oportunidades*, ou seja, ao contexto pol3tico institucional onde se desenrola a actividade dos movimentos sociais.

Embora a no3o de *estrutura de oportunidades* contemple actualmente categorias objectivas, mas tamb3m a dimens3o de percep3o subjectiva por parte dos actores sociais quanto 3 (in)exist3ncia de oportunidades e/ou amea3as, como explicar a (re)emerg3ncia da ac3o sindical em contextos manifestamente desfavor3veis ou onde n3o existem oportunidades pol3ticas para os sindicatos?⁵ (Voss e Sherman, 2000) Voltando a Lopez, este autor defende que para teorizar estes processos n3o se deve focar nos factores favor3veis para a mobiliza3o ou sucesso mas sim nas dificuldades existentes e na 3g3ncia dos actores ao confrontar essas mesmas dificuldades.

Por fim, a vers3o de SMU de Waterman procura n3o confinar a sua teoria ao espa3o industrial/nacional, atribuindo import3ncia fulcral 3 dimens3o transnacional. Uma *Nova Solidariedade Global*, na qual o movimento oper3rio ter3 um papel importante mas n3o o de vanguarda. Neste sentido, concebe o seu internacionalismo como p3s-nacional, para que este n3o seja uma mera soma de SMU's nacionais, nem fique preso a um lugar ou a um per3odo em particular. (Waterman, 2004: 221-223).

Assim, de entre as concep3es surgidas, a no3o de *sindicalismo de movimento social* tem dado um contributo importante para analisar as transforma3es ocorridas, bem como os desafios que se colocam ao sindicalismo. O alargamento do campo de ac3o significa, por um lado, conceber a pr3tica pol3tica de uma forma transescalar, considerando-os como espa3os que n3o s3o mutuamente exclusivos, nem hierarquiz3veis (Munck, 2002:160). Por outro lado, ao n3vel da agenda pol3tica, trata-se de construir campanhas dirigidas a sectores mais fragilizados da popula3o trabalhadora, atrav3s de maior abertura a outras tem3ticas e da alian3a com novos sujeitos pol3ticos e movimentos sociais. (Moody, 1997; Wever, 1998).

Refer3ncias Bibliogr3ficas

Antunes, Ricardo (1995), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. S3o Paulo: Cortez.

⁵ Voss e Sherman estudaram os factores que contribuem para a revitaliza3o dos sindicatos atrav3s da compara3o de organiza3es que mudaram a sua organiza3o e formas de actua3o e outras que n3o o fizeram. Identificam tr3s factores: a ocorr3ncia de uma crise pol3tica na sec3o conduzindo 3 elei3o de uma nova direc3o; a presen3a de dirigentes com experi3ncia activista fora do movimento sindical, que interpretam o decl3nio dos sindicatos como um mandato para a mudan3a; o apoio de inst3ncias superiores do sindicato a favor de inova3es. (Voss e Sherman, 2000).

- Castel, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castells, Manuel (1999), *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Costa, Hermes Augusto (2005), *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT* (Tese de Doutorado em Sociologia). Coimbra: Faculdade de Economia.
- Frege, Carola M.; Kelly, John (Eds.) (2004), *Varieties of Unionism. Strategies for Union Revitalization in a Globalizing Economy*. Oxford: Oxford University.
- Habermas, Jürgen (1973), *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Harvey, David (1992), *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hyman, Richard (2001), *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*. London: Sage.
- Lambert, Rob; Webster, Eddie (1988), "The Re-emergence of Political Unionism in Contemporary South Africa?", in William Cobbyet e Robin Cohen (eds.), *Popular Struggles in South Africa*. Trenton: Africa World Press, 20-41.
- Lash, Scott; Urry, John (1987), *The End of Organized Capitalism*. Cambridge: Polity.
- Lopez, Steven (2003), "Social Movement Unionism and Social Movement Theory", Annual Meeting of the American Sociological Association, Atlanta, GA, <http://www.allacademic.com/meta/p107786_index.html>.
- Lopez, Steven (2004), *Reorganizing the Rust Belt. An Inside Study of the American Labor Movement*. Berkeley: University of California Press.
- McAdam, Doug (1982), *Political Process and the Development of Black Insurgency: 1930 -1970*. Chicago: Chicago University Press.
- Melucci, Alberto (2001), *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Moody, Kim (1997), *Workers in a Lean World. Unions in the International Economy*. London: Verso.
- Munck, Ronaldo (2002), *Globalization and Labour. The New "Great Transformation"*. London: Zed Books.
- Offe, Claus (1985), "New Social Movements. Changing Boundaries of the Political", *Social Research*, 52, 817-868.
- Offe, Claus (1989), *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Paugam, Serge (2000), *Le salaridé de la précarité*. Paris: PUF.
- Polanyi, Karl (1980), *A grande transformação - as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), "Os processos de Globalização", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Globalização - Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento 31-99.
- Santos, Boaventura de Sousa; Costa, Hermes Augusto (2004), "Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário", in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Trabalhar o mundo - os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, 17-61.

- Scipes, Kim (1992a) "Understanding the New Labor Movements in the 'Third World': The Emergence of Social Movement Unionism", *Critical Sociology*, 19(2), 81-101.
- Scipes, Kim (1992b), "Social Movement Unionism and the Kilusang Mayo Uno", *Kasarinlan*, 7(2-3), 121-162.
- Seidman, Gay (1994), *Manufacturing Militance: Workers' Movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. Berkeley: University of California Press.
- Silver, Beverly (2005), *Forças do Trabalho. Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Touraine, Alain (1969), *La sociedad post-industrial*, Barcelona: Ariel.
- Touraine, Alain (1981), *The voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Touraine, Alain; Mottez, Bernard (1970), "Classe ouvrière et société globale", in Georges Friedman e Pierre Naville (orgs.), *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Armand Colin, 235-281.
- Voss, Kim; Sherman, Rachel (2000), "Breaking the Iron Law of Oligarchy: Union Revitalization in the American Labor Movement", *American Journal of Sociology*, 106(2), 303-349.
- Waterman, Peter (1993), "Social Movement Unionism: A New Model for a New World order", *Review*, 16(3), 245-278.
- Waterman, Peter (2004), "Adventures of Emancipatory Labour Strategy as The New Global Movement Challenges International Unionism", *Journal of World-Systems Research*, X(1), 217-253.
- Wever, Kirsten S.(1988), "International Labor Revitalization: Enlarging the Playing field", *Industrial Relations*, 37(3), 388-407.

Nota Biográfica

Hugo Dias é investigador do Centro de Estudos Sociais e membro do Núcleo de Estudos do Trabalho e Sindicalismo. Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desenvolve actualmente a sua tese de Doutoramento em Sociologia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sobre os desafios colocados ao sindicalismo num contexto de transição de paradigma produtivo.

Contacto: hugo@ces.uc.pt